



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE ABRIL DE 2000

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Ministro da Defesa, Geraldo Quintão; Senhores Comandantes das Forças Armadas; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras e Senhores,

Quero iniciar esta minha saudação aos Oficiais-Generais recentemente promovidos, ressaltando o orgulho que tenho, como Comandante Supremo das Forças Armadas, diante de um grupo tão seletos de Oficiais-Generais, e quero compartilhar com seus familiares, seus colegas militares e com a própria sociedade brasileira este orgulho.

Os senhores são os primeiros a serem promovidos no ano 2000, que é ano sinalizador de uma nova era e anunciador de novos tempos. Se, no passado, nosso pensamento desenhava a idéia de futuro como algo longínquo, difícil de ser visualizado, com seus acontecimentos imprevisíveis, com seus reflexos também imprevisíveis, sobre os diferentes grupos da sociedade, hoje, a sucessão tão acelerada de acontecimentos quase coloca o futuro lado a lado com o presente, iluminando o nosso caminho.

As transformações que todos estamos sentindo, com a tecnologia da informação, em que tudo se passa em tempo real, de alguma ma-

neira, fazem com que, em quaisquer partes do universo, e quase que a qualquer momento, estejamos no centro dos acontecimentos.

Evidentemente, isso provoca uma série de modificações e tem consequências para as grandes instituições, sobretudo para as grandes instituições do Estado, em que as Forças Armadas têm um papel de relevo.

É natural que isso, também, provoque, no estamento militar, algumas transformações para que elas possam se adaptar à nova ambiência e para que possamos ter uma visão sempre estratégica do que possa suceder conosco, inclusive no que diz respeito a problemas que podem ser geradores de conflitos.

Temos como missão, nos grandes corpos do Estado, naturalmente, de compaginar estas mudanças, que são necessárias, e os desafios crescentes no mundo contemporâneo, com a permanência de valores consolidados e de tradições perenes.

É por isso que, sempre que posso me referir às nossas Forças Armadas, como faço hoje, acredito que é preciso ressaltar que, entre esses valores, que são permanentes, temos a experiência profissional e a formação adequada que têm os nossos militares, o amor que têm aos valores nacionais, que permitem que possamos avançar, evoluir, sendo capazes de administrar, com rapidez, conflitos eventualmente surgidos e, ao mesmo tempo, mantendo aquilo que há de melhor entre as tradições brasileiras.

Na minha última mensagem ao Congresso Nacional, ressaltei, e aqui cito: “O País não está inteiramente livre de riscos, podendo ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, por ameaças a seu patrimônio e a seus interesses vitais. No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de grupos armados, que atuam em países vizinhos, nos limites da nossa Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns desses pontos que provocam preocupação”.

Naturalmente, ao dizer isso, também acrescentei que “para otimizar o sistema de defesa do Brasil, nós tivemos que modificar alguns aspectos da estrutura das nossas Forças Armadas”. Quando saudei o nosso Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, na sua posse, eu disse, e

cito de novo: "Jamais cogitei a criação do Ministério da Defesa para reafirmar o comando civil sobre as Forças Armadas, porque isso não era necessário, visto que, através do Presidente da República, esse elo já existia."

Na verdade, a questão do Ministério da Defesa era, como ainda é, operacional e estratégica. Esse Ministério, hoje, se concentra na revisão da política de Defesa Nacional e nos estudos relacionados com a política militar brasileira e com a estratégia militar brasileira, ou seja, modificamos, mas buscando preservar as funções, os valores e a permanência daquilo que será perene, porque a Nação exige que assim seja.

Dito isso, gostaria, ao mesmo tempo, de aproveitar esta oportunidade de estarmos juntos nos albores do ano 2000 e no momento em que o Brasil comemora 500 anos para, muito rapidamente – como faço sempre, de uma maneira bastante livre, mesmo sem texto –, ressaltar o esforço imenso que este país tem feito nos últimos anos, com a cooperação de todos os brasileiros que têm um sentimento de Pátria, para que pudéssemos encontrar as condições necessárias para uma inserção do Brasil no sistema internacional que seja positiva para o nosso país.

Alguns dos senhores já há muito tempo lidam com as funções de Estado e há muito tempo estão habituados a verificar os problemas que existem na nossa sociedade, no nosso país. Sabem também que, por circunstâncias, muitas vezes, até alheias aos governantes de cada momento, formam-se situações que não são fáceis de serem controladas e não são fáceis também de ceder, no sentido de que é preciso que haja tranquilidade, rumo, caminho definido e objetivos claros para que o País continue avançando.

O que aconteceu no nosso país com o flagelo inflacionário é da experiência vivencial de quase todos nós. Foram décadas de desorganização. E essa desorganização, se posso dizer assim, corroeu até mesmo o aparelho de Estado, porque, crescentemente, debilitou a nossa capacidade de tomar decisões e, pior ainda, quando tomadas essas decisões, de transformá-las em ação efetiva e, portanto, de alcançar resultados.

Não digo nenhuma novidade. Na minha experiência pessoal, coube a tarefa – que não foi fácil, mas que cumpri com denodo – de ser Ministro da Fazenda. Os que passaram pela administração pública na área financeira sabem – e, aqui, muitos dos senhores, no seu âmbito de atuação, passaram – da quase inviabilidade a que havíamos chegado, com a impossibilidade de qualquer cálculo e, portanto, de qualquer projeto de futuro que fosse consistente.

Havia que controlar essa inflação. Foi controlada. Depois de controlada, se, rapidamente, virmos o que aconteceu, em dezembro de 94, a economia brasileira se defrontou já com a crise da economia mexicana, que teve efeitos danosos sobre o nosso desenvolvimento. Mal conseguida a estabilidade, tivemos, no começo de 95, que começar a ver como, outra vez, manter a estabilidade. Só para uma adequação do nosso processo cambial, as nossas reservas baixaram, entre março e abril de 95, 10 bilhões de dólares.

Outra vez, portanto, medidas difíceis, duras, que incluíram aumento de taxa de juros, com todas as consequências negativas que isso traz; reorganização do sistema financeiro. O Proer, que as pessoas de má-fé, a todo instante, mencionam como se fosse um instrumento para proteger banqueiros, quando, na verdade, foi um instrumento para proteger depositantes nos bancos e, mais do que isso, a higidez do sistema financeiro nacional, para que o sistema financeiro não viesse a sofrer um colapso grande.

Os resultados são de tal monta que, no último balanço do Banco Central, se verifica que o que hoje existe de dívida do Proer é abaixo das garantias de que o Banco Central dispõe para cobrir essa dívida e, portanto, que, no final do processo, não terá havido perda, espero eu, para a economia nacional.

Em 96, um ano mais tranquilo. Em 97, crise. Crise da Ásia, em outubro de 97. Outra vez, alta taxa de juros, terríveis esforços para que o Estado pudesse continuar a honrar seus compromissos e para que houvesse uma confiança dos brasileiros e dos que aqui investem no crescimento do país. Em 98, crise da Rússia. Em 98, no final do ano, essa crise atinge o Brasil. Em 99, terríveis dificul-

dades. Outra vez, perdas imensas das nossas reservas. Outra vez, um esforço gigantesco da sociedade brasileira. Os pessimistas diziam que era impossível, a inflação viria na ordem de 40%, 50% ao ano. Pois bem, quando pegamos os 12 últimos meses, ela foi de 5%. O ano passado, de 8%. Agora, nos 12 últimos meses, contando de agora para trás, de 5%.

Diziam que a economia nacional não teria condições de enfrentar qualquer desafio de crescimento, que haveria uma recessão de, no mínimo, quatro pontos negativos. Foi quase um positivo.

O Brasil é muito mais forte do que todas essas crises. E isso se fez porque temos rumo. E esse rumo tem que ser dado pelo Estado brasileiro. Tem que ser dado por aqueles que, quando estão ocupando funções públicas, estão pensando não em si nem naquele momento, mas estão pensando no país e no futuro do país e têm que ter a firmeza e a crença para levar adiante tudo o que for necessário para a recuperação das energias do Brasil, que são imensas, como estamos demonstrando este ano.

Este ano é mais alvissareiro. Os dados todos são positivos, no que diz respeito à retomada de crescimento, no que diz respeito às questões que, às vezes, dependem de forças maiores do que as nossas, como as chuvas, para que possa haver uma boa colheita. E este ano, de novo, as chuvas nos estão favorecendo. De novo, houve retomada das exportações, e até começa a haver uma pequena recuperação na oferta de emprego. Nem tanto na oferta, porque não é tão pequena assim, mas na proporção entre os que buscam emprego e os empregos oferecidos. Começa a haver algum sinal mais positivo. Há, portanto, a possibilidade de um futuro mais estável e coincide, mais uma vez, que as condições internacionais econômicas são favoráveis e as condições internas também são favoráveis.

Não foi sempre assim. Mencionei, aqui, uma série de crises que dificultaram uma espécie de sinergia entre o esforço nacional e o que acontecia no plano internacional.

Não foi só isso que este país fez, nesses últimos tempos. Quaisquer indicadores sobre educação, sobre saúde, sobre acesso à terra são

alentadores, a despeito do que se queira dizer. Os números estão aí. Podem ser vistos com maior pessimismo, maior entusiasmo ou com objetividade. Prefiro que os vejamos com objetividade.

Conseguimos dar prioridade ao ensino primário. No Brasil, isso é escola básica. Com muita dificuldade, porque há uma tendência de que o gasto público, no Brasil, se concentre naqueles setores que não são os que mais precisam. O gasto social, mesmo aí, é difícil deslocar para os que realmente mais precisam.

Hoje, temos a alegria de dizer que temos 96% das nossas crianças, que estão em idade escolar, nas escolas. E nas escolas, basicamente, públicas, porque escolas privadas, aí, não passam de 2%, talvez um pouquinho mais, mas não chegam a 3% do conjunto das crianças.

Todos os dias, esses mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras que estão nas escolas básicas recebem, pelo menos, um prato de refeição. Esse é o maior programa nutricional do mundo. Dizem que gostamos de dizer, sempre, que somos os maiores do mundo. Somos, também, os maiores do mundo em muita coisa ruim, mas é verdade que existem esforços e que não são de um governo, vêm de outros governos. É um esforço da sociedade brasileira.

A matrícula, no ensino secundário, aumentou 56%, nos últimos quatro anos, o que nos levou a rever os nossos projetos para os próximos quatro anos, de tal maneira que teremos que oferecer 10 milhões de matrículas nas escolas secundárias.

A matrícula, nas universidades, aumentou substancialmente. Agora, foi possível reorganizar fundos de pesquisa, que anunciei recentemente, de tal maneira que, a partir do ano que vem, desde que o Congresso aprove as medidas para lá enviadas – e vai aprovar –, vamos ter recursos adicionais de 1 bilhão de reais para, sob a forma de competição entre instituições e projetos, sustentar o desenvolvimento das nossas pesquisas em áreas vitais como a área espacial, a área da informática, a área do petróleo e, também, as áreas de pesquisa pública e pesquisa básica. Desses recursos, 20% serão destinados às universidades federais, porque a estrutura básica é das universidades. Quando se apóia o projeto de pesquisa, mas não se

apóia a instituição que está servindo de hospedeira para aquele projeto, ela pode ter dificuldades operacionais. Há, portanto, nesse terreno, um avanço.

Todos os indicadores de saúde são positivos, também. A queda da mortalidade infantil é clara. Nós tínhamos, em 1994, 22 mil agentes sanitários de saúde. Hoje, temos 116 mil. Criamos o médico de família, que vai às casas. Aonde? Nas zonas pobres, no Nordeste, na Amazônia, nas zonas que não ecoam nas grandes cidades, porque são pessoas que estão perdidas por esse grande Brasil e que precisam de um apoio efetivo.

Da mesma maneira, enfrentamos a questão relativa ao acesso à terra, que parecia que ia ser um processo absolutamente incontrolável, tal a pressão. Desapropriamos terras no equivalente a três Bélgicas, no meu governo. Doze milhões de hectares de terra. Assentamos cerca de 400 mil famílias e criamos mecanismos, que não existiam, de financiamento da economia agrícola familiar. Este ano, são 3,6 bilhões de reais à disposição da economia familiar. Não me refiro aos empréstimos do Banco do Brasil para a produção agrícola empresarial. Esse dinheiro é para a economia familiar.

Então, é um país que, realmente, avançou muito, mas, por mais que tenha avançado e por mais que tenhamos motivos de orgulho, temos muitas preocupações.

Há um campo, o da violência e da segurança pública, que é delicado e vai requerer uma ação mais enérgica por parte de todos nós. Não quero me antecipar a questões às quais me referirei talvez até amanhã e, daqui por diante, com certa freqüência. Mas chegamos a um ponto em que não é possível mais, ainda que isso não seja atribuição constitucional do Governo Federal, deixar de dar o apoio e talvez mesmo, mais do que isso, atuar, aí, sim, no nosso âmbito constitucional, na questão da segurança pública. E quando falo em segurança pública, me refiro, naturalmente, também à questão das drogas, à questão dessa violência crescente que passa a ser um problema nacional.

Além dessa preocupação, existe uma outra, que está nas páginas dos jornais, nos rádios e nas televisões: o Brasil cansou da impunida-

de, o Brasil cansou da corrupção. Alguns podem imaginar que se trata de um fenômeno recente. Não é. O que é recente é a crítica a isso. O que é recente e positivo é a liberdade de imprensa e a preocupação da imprensa com esses problemas. O que é recente e positivo é um Ministério Público mais atuante nessas questões. O que é recente e positivo é que o próprio Congresso Nacional e algumas Câmaras estão tratando dessas questões através de comissões de investigação.

Aqui e ali, poder-se-á dizer que há exageros, mas, no conjunto, é uma reação saudável. Por mais que nos doa – e dói a mim, como cidadão – ver, e vejo, às vezes, com tristeza, que a maior parte dos nossos diários, hoje, se refere a fatos policiais ou a fatos que deveriam ser policiais, por mais que isso seja alguma coisa que, ao primeiro momento, diz-se: “Meu Deus, não é possível. Chega!”, e chega mesmo. Há um lado positivo: é que isso começa a ser uma questão posta e reposta e a sociedade está tomando consciência crescente de que vão precisar atitudes mais firmes e que é preciso, com mais velocidade, punir os responsáveis.

Nosso Congresso Nacional está, neste momento, debatendo uma reforma do Judiciário. Muito bem, que a façam. Mas não basta. A questão da Justiça não é a questão da estrutura dos órgãos, não é saber quantos desembargadores ou quantos juízes se tem aqui ou ali, quais são os privilégios desse ou daquele. Não. A questão é da rapidez do exercício da Justiça, é do acesso à Justiça, é da transparência na decisão. Essas questões são processuais, não são estruturais, e precisam ser enfrentadas.

Também quero lhes dizer, com a franqueza como a que estou usando neste momento, que essas matérias todas, essa necessidade de pôr um fim à impunidade, este asco – me perdoem a expressão – que sentimos diante de tanto horror perante o céu, de tanta lama que está aparecendo, requerem que começemos a prestar muita atenção a um tema que é de preocupação do Vice-Presidente Marco Maciel e de muitos dos nossos companheiros, como o Ministro Aloisio Nunes Ferreira, que é a forma de financiar os partidos e as campanhas políticas. Quem olha o que acontece no mundo – não é no Brasil, é no

mundo – verifica que a democracia, hoje, requer financiamentos públicos de partidos e de campanhas e requer uma atenção muito especial para evitar aquilo que seria trágico, que é a descrença no valor da democracia, que é a descrença nas instituições, que é a falta de respeito àqueles que foram escolhidos pelo povo.

Para que isso exista, é preciso que haja também mecanismos institucionais. Não se trata de uma virtude pessoal. Pode havê-la. E há muitas. A imensa maioria dos homens públicos, acredito, são denodados e são corretos. Mas não basta. É preciso que pensemos um pouco mais a fundo nos sistemas que assegurem uma relação mais clara e transparente dos mecanismos de financiamento de partidos e de campanhas, porque, senão, a cada não-sei-quanto-tempo, vamos descobrir, aqui e ali, que houve tal ou qual ação que não se compagina com a ética na política.

Acho que, em vez de vivermos tudo que está acontecendo apenas com o horror do escândalo, devemos tomar medidas, que têm que ser ponderadas, institucionais, de responsabilidade, para que o Brasil continue avançando.

Promovemos uma imensa descentralização no Brasil. Se os senhores e as senhoras olharem, hoje, as questões mais graves, nesses aspectos, se deslocaram do eixo de Brasília para o conjunto dos municípios, dos estados, porque os recursos também se deslocaram. Se é bem verdade que existem mecanismos de controle, em nível nacional, mais fortes, os mecanismos de controle vão se enfraquecendo à medida que os processos se operam em nível municipal.

Com isso, não estou dizendo que não se deva descentralizar, nem estou generalizando, nem estou acusando A, B ou C. Estou dizendo que, institucionalmente, nós, que pensamos o Brasil com o seu futuro – e comecei falando do ano 2000 e do seu futuro –, devemos olhar, também, com muita atenção quais vão ser os mecanismos de valorização da democracia, da representação, para evitar que, amanhã ou depois, alguém imagine que haja outros mecanismos – que não existem – capazes de coibir abusos que ainda convivem com a democracia.

Perdoem-me se entrei em tema, talvez, não específico deste encontro, mas os temas estão se impondo a todos nós, brasileiros. E tenho

a satisfação de dizer que o Estado brasileiro – e os senhores são líderes representantes de um dos setores mais importantes desse Estado –, graças a Deus, é imune a esses mecanismos de desmoralização e de corrupção.

Se há alguma coisa de que nos orgulhamos, nas nossas Forças Armadas, é que elas são respeitadas pelo seu profissionalismo, pelo seu estilo de vida decente, pela sua, até, eu diria, parcimônia até mesmo na reivindicação pessoal e salarial.

Não são os únicos corpos do Estado que assim procedem. Eu quase que diria que o Estado brasileiro é um Estado que, apesar de tudo e apesar das transformações que, às vezes, são, digamos, propiciadoras de mecanismos mais rápidos de busca de privilégios, conseguiu se manter razoavelmente imune a essas tentações.

Por isso, me dei ao direito de lhes falar, como Presidente da República, mas, também, como cidadão, com a franqueza com que estou falando, porque tenho certeza, e o digo orgulhosamente, como homenagem aos que são promovidos generais, de que estou falando com gente séria. E o Brasil precisa de gente séria.

Quero lhes dizer, também, que, com tudo isso, com os avanços que fizemos, com as modificações econômicas, com a crença que temos neste país nós, hoje, somos mais e mais respeitados no exterior. E a nossa política externa existe, é consequente, é coerente, assegura uma presença ativa do Brasil, sem nenhuma subalternidade, em vários fóruns, dos fóruns acadêmicos aos fóruns políticos, aos fóruns militares, aos fóruns de Estado.

Em toda parte existe uma política coerente do Brasil, que é expressão do que acabei de dizer, no início deste discurso, de um país que tem, ao mesmo tempo, o desafio do futuro, a capacidade de se adaptar às novas tecnologias, às transformações rápidas, mas que guarda coerência com suas tradições, com seus valores. A nossa política externa não se afasta desse mesmo propósito e, crescentemente, é uma política que é feita, como é a política de defesa, não em termos de especialistas. Não são os homens do Itamaraty, não são os homens das Forças Armadas que cuidam da defesa e da política externa. So-

mos todos nós, porque ela é uma função da cidadania e é um desafio que nós, patriotas – e a palavra deve ser usada, e cada vez mais –, nos orgulhamos de dizer que trabalhamos juntos para garantir essa continuidade.

Se me permitem – e me desculpem por ter, talvez, me excedido no tempo –, quero encerrar agradecendo a presença de todos, cumprimentando-os pelo seu desempenho profissional e desejando que tenham muito sucesso e muita felicidade pessoal nas suas funções específicas, juntamente com as suas famílias.

Muito obrigado.